

ALDEIAS COMUNAIS EM MOÇAMBIQUE

A dissertação de doutoramento em Geografia Humana, apresentada por MANUEL ARAÚJO na Faculdade de Letras de Lisboa, teve por tema o estudo do sistema das aldeias comunais em Moçambique e das transformações introduzidas na organização do espaço residencial e produtivo ⁽¹⁾. Moçambicano, docente na Universidade Eduardo Mondlane (Maputo), MANUEL ARAÚJO acabou por se doutorar na Escola em que tinha obtido a licenciatura em Geografia (1974), numa base de cooperação, que se deseja alargada e aprofundada, entre aquela Universidade e a de Lisboa.

No seu trabalho, o autor analisa detalhadamente o modo como, em virtude da orientação político-económica seguida em Moçambique,

⁽¹⁾ ARAÚJO, MANUEL G. M. DE, *O Sistema das Aldeias Comunais em Moçambique. Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo*, Lisboa 1988 (polic.; 479 p. + 70 p. de anexos, 65 figuras, numerosas referências bibliográficas).

foi decidido incentivar a criação de aldeias comunais, na sequência do que se fazia nos tempos da guerra colonial e segundo um modelo já aplicado noutros países africanos, embora com variantes. As novas aglomerações contrapõem-se à poeira das unidades familiares do povoamento rural disperso tradicional, com todos os problemas que levantam a nível da assistência técnica e da implementação das mais diversas infra-estruturas (comunicações, saúde, educação, etc.). O estudo da evolução do processo leva a considerar os factores que a condicionaram, desde a adesão consciente das populações (de todos, o mais positivo, mas não raro ausente), até ao «zelo» exagerado dos responsáveis distritais, quase em termos duma perniciosa «competição», sem esquecer factores conjunturais, designadamente calamidades físicas (secas e inundações) e a acção dos grupos armados perturbando a tranquilidade do território, que levam os habitantes a agruparem-se nos locais mais favoráveis.

A dissertação compreende, para além duma apresentação preliminar, cinco grandes capítulos. No primeiro indicam-se algumas características gerais de Moçambique, no sentido de situar devidamente o assunto analisado. O segundo é um estudo demográfico, indispensável para o enquadramento do novo padrão de povoamento rural que representam as aldeias comunais: passam-se em revista o crescimento da população, as suas características (definidas através de diversos índices), a distribuição dos habitantes, os critérios de separação entre população urbana e rural ajustados ao caso moçambicano. O terceiro capítulo, sobre a população e a área residencial das aldeias comunais, abre a parte nuclear do trabalho e tem duas grandes divisões, relativas à caracterização a nível nacional e ao estudo concreto de quatro províncias (Maputo, Gaza, Inhambane e Tete). Verifica-se que o número de aldeias comunais tem aumentado acentuadamente (embora com grandes diferenças entre as várias províncias) e passou de 857 em 1978 para 1362 em 1982-83, reunindo então 2 202 756 habitantes, ou seja, 20% da população do país. Note-se que, enquanto em 1978 Cabo Delgado (onde o sistema das aldeias comunais é bem anterior à independência) e Gaza congregavam 84,6% da população destas aglomerações, a sua parte tinha baixado para 60,3% em 1982-83 (p. 208-209). Por outro lado, regista-se o contraste entre as áreas em que existe já uma hierarquização mais ou menos acentuada dos novos centros de povoamento (caso da província de Maputo e, em menor grau, da de Tete) e outras em que a homogeneidade dos elementos do sistema é sensível, originando um tipo de povoamento a que o autor chama «agrupado» (o assunto, objecto de tratamento estatístico sugestivo, está estudado nas p. 237-241). Entretanto, algumas aldeias atingiram dimensão considerável, como a Julius Nyerere, com 20 000 habitantes em 1984. No quarto capítulo analisa-se o modo como está organizado o espaço produtivo das aldeias comunais. Este compreende não só a área da cooperativa agrícola correspondente a cada uma destas, como a das unidades familiares, cuja importância é significativa, embora não seja possível concretizá-la com precisão, por carência de fontes estatísticas (p. 377-387). Segundo o autor, o espaço produtivo das aldeias comunais,

com variantes mais ou menos sensíveis, pode reduzir-se a três tipos principais, que reflectem o sentido geral de evolução correntemente registado. No primeiro tipo, ainda sem definição do ordenamento em parcelas, distinguem-se uma área produtiva onde coexistem «as unidades familiares dos aldeões e a unidade cooperativa», a par das «machambas» (parcelas agrícolas tradicionais) da população dispersa, e uma outra, mais ou menos longínqua, onde se encontram as «antigas machambas dispersas dos actuais aldeões»; no segundo tipo não se reconhece «o espaço formado pelas antigas unidades familiares dispersas dos aldeões» e pode esboçar-se o ordenamento em parcelas, embora se continue a verificar «a intercalação de machambas familiares de população dispersa no espaço produtivo da aldeia»; finalmente, o terceiro tipo «apresenta já um nítido parcelamento, com áreas definidas para as unidades cooperativa e familiares» (p. 353-354). Algumas cooperativas de produção não agrícola começam também a aparecer em determinadas aldeias, com frequência e significado económico crescentes. Toda esta evolução, na qual é flagrante a necessidade de compatibilizar a produção cooperativa e a familiar, reveste-se de problemas diversos, suscitados pela nova fórmula de arranjo das vastas áreas rurais; a esses problemas se faz alusão no quinto e último capítulo, que compreende também algumas considerações sobre as perspectivas de evolução do processo. Nos anexos do livro inclui-se ainda, para além de legislação sobre o assunto tratado, o estudo de duas aldeias comunais contrastadas, a 3 de Fevereiro, na província de Maputo, e a Julius Nyerere, na de Gaza.

Para a concretização deste trabalho defrontou-se MANUEL ARAÚJO com dificuldades diversas, desde as que afectaram as investigações de campo (nas quais se baseia, todavia, parte fundamental da dissertação), devido às perturbações que afectam a segurança em vastas áreas de Moçambique, até às que se relacionam com as lacunas e fragilidade das fontes estatísticas disponíveis, passando pelas de ordem material, responsáveis decerto, estas últimas, em larga medida, por algumas deficiências e heterogeneidade na apresentação da ampla série de figuras — valiosa embora — e pela falta de documentação fotográfica.

Para além disto, outras observações críticas se poderão fazer. Deixando de parte aspectos de pormenor, afigura-se, por exemplo, que, na apresentação dos traços físicos do país (cap. I, p. 13 e segs.), se deveria conceder maior atenção a certas incidências do clima — secas, inundações —, pela sua influência na constituição das aldeias comunais; é assim que os dados dos quadros das p. 26 e 27 (variação das precipitações em 1976-1985, num conjunto de seis estações meteorológicas) mereceriam ser aproveitados e comentados no texto. Também nalguns trechos, o trabalho se encontra estruturado com base em considerações de ordem geral e ganharia se fosse apoiado em exemplos precisos, que fizessem sentir ao leitor a realidade concreta desta ou daquela aldeia e, por exemplo, a interferência dos factores físicos e humanos (enunciados genericamente nas p. 424-425) no modo como se enraizaram e evoluíram; neste sentido, teria sido preferível, efectivados os devidos ajustamentos, incluir o estudo das aglomerações apresentadas em anexo no

corpo do próprio trabalho, como alinea individualizada, ou, talvez melhor, para apoiar e ilustrar observações diversas que se encontram aqui e além... Por outro lado, seria de desejar maior aprofundamento na análise de certos temas, com recurso a sondagens mais minuciosas em relação ao período colonial — cujas incidências, aliás, foram variadas ao longo do território — e à discussão alargada do enquadramento das aldeias comunais moçambicanas no âmbito de experiências similares no continente africano, apreciando os fundamentos teóricos do sistema e comparando resultados concretos já obtidos (isto sem esquecer que há algumas referências, a meu ver demasiado breves, designadamente sobre as «ujamaa» da Tanzânia, por exemplo na p. 403).

Mas, no seu conjunto, estamos em presença dum trabalho de grande interesse e méritos inegáveis, em que o autor alia a apresentação serena e escrupulosa da matéria (louvável perante tema tão polémico) ao cuidado na utilização dos métodos estatísticos de análise do sistema de aldeias comunais e à recolha duma massa considerável de informações que nos transmite.

A transformação das estruturas agrárias constitui problema complexo e quase sempre de concretização difícil. O mundo rural apresenta-se, quanto a este aspecto, particularmente estável e tal estabilidade surge-nos porventura reforçada na África ao sul do Sahara, onde avultam células familiares dispersas e isoladas. As agressões verificadas no período colonial, condicionando embora a difusão de inovações nos sistemas de cultura, como que reforçaram essa tendência para o imobilismo, pela natural atitude de protecção assumida pelos estratos sociais tradicionais. Isto condiciona resistências acrescidas, quanto a qualquer acção de «modernização» ou de «desenvolvimento» que se pretenda empreender⁽²⁾.

Contudo, a progressão do sistema de aldeias comunais verificou-se em ritmo bem vivo no território moçambicano, conforme deixam depreender os números atrás citados, e há indícios de que em anos recentes, entre 1983 e 1986, o mesmo tenha acontecido (p. 210). Simplesmente, toda esta evolução foi em boa parte condicionada pela influência das calamidades naturais e das agressões armadas já aludidas: tais circunstâncias revestem-na de inegável fragilidade, para além de introduzirem distorções, como a dimensão demográfica muito exagerada de algumas aldeias. Levanta-se portanto uma questão: até que ponto essa fragilidade fará sentir os seus efeitos e se revelará mais ou menos decisiva? MANUEL ARAÚJO escreve com pertinência a este respeito: «é muito natural prever que, quando Moçambique tiver ultrapassado a situação de guerra que lhe é imposta, e se conseguir minimizar os efeitos das calamidades naturais, este movimento possa vir a observar um certo retrocesso, tanto em termos de número de aldeias, como de população (...): o processo é muito recente e em numerosos casos não houve tempo de introduzir, a nível da atitude camponesa, novos valores que apresentem

(2) Vejam-se as considerações apresentadas sobre este tema por CATHERINE COQUERY-VIDROVITCH, *Afrique Noire. Permanences et Ruptures*, Paris 1985, especialmente p. 145-210.

vantagens em relação aos tradicionais. (...) Uma transformação duradoura e eficaz do povoamento não pode ser feita apenas com base em acções administrativas e em função de factores conjunturais. O mais importante está no enquadramento da acção política, de forma a educar, com consistência, a população rural, tornando-a sensível a novos valores que gradualmente levem ao aparecimento de um novo comportamento. Isto implica tempo e princípios orientadores muito bem definidos que vão ao encontro dos interesses dos camponeses, sem esquecer os princípios mais gerais a nível nacional» (p. 219).

É um facto que a dispersão tradicional da população camponesa coloca toda uma série de problemas bem conhecidos e a que atrás se faz alusão. Mas qualquer forma de actuação terá sempre de basear-se num profundo conhecimento, a diversos níveis — com relevância para o geográfico —, do ambiente a que se refere, de modo a que possam ser devidamente ponderadas as modalidades em que assenta. Neste aspecto, o trabalho de MANUEL ARAÚJO constitui, para além de tudo o mais, um instrumento do maior interesse, como referência para futuras intervenções que visem a sequência e o aperfeiçoamento do processo em curso.

CARLOS ALBERTO MEDEIROS